



Pesquisa de Reputação do Profissional de Relações Governamentais

Sumário executivo

A Pesquisa de Reputação dos Profissionais de Relações Governamentais realizada pelo IRELGOV, em parceria com a Fundamento RP, revela traços importantes sobre a construção da imagem e reputação deste profissional. Em um momento em que a integridade da profissão é questionada pela opinião pública e há indícios de falta de ética na atuação de várias empresas no mercado brasileiro, torna-se imprescindível entender como o mercado enxerga a atuação da área.

Em entrevista ao ambiente corporativo foi possível concluir que a atividade de Relações Governamentais é tida como legítima por 80% dos entrevistados, além de estratégica (34%) e ética (28%), porém não é bem-vista pela opinião pública, apontada por 75% dos respondentes. Os atuais escândalos políticos em muito influenciam esta impressão e afetam a forma como a profissão é vista. As respostas citam, por exemplo, a Operação Lava Jato, Zelotes e a negatividade da política atual no país. Apesar disso, mais da metade (57%) acredita que esta imagem negativa está mudando para melhor.

Durante as entrevistas notou-se que as empresas nacionais espelham-se nas empresas estrangeiras para traçar melhores práticas em Relações Governamentais. Com isso, foram reforçados aspectos da cultura organizacional para a atuação deste profissional, como a importância do Compliance (80%), e a transparência em códigos de conduta (80%), além da governança corporativa (70%) como um todo.

Projeto



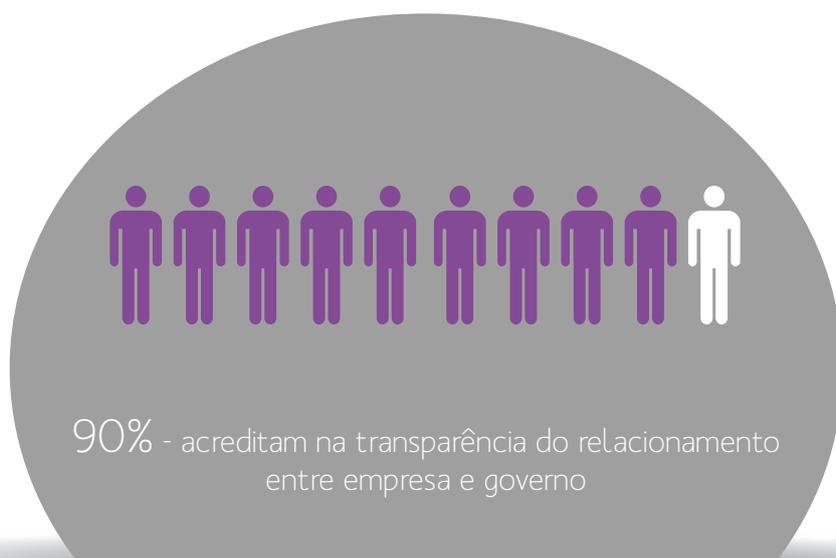
Realização



Esta pesquisa, realizada pelo IRELGOV em parceria com a Fundamento RP, é a primeira fase de um amplo projeto para mensurar o nível de conhecimento sobre o profissional de relações governamentais e a relevância dada a sua atuação. O projeto se estenderá até 2017 e entrevistará também, em suas próximas fases, profissionais de relações governamentais e seus interlocutores na esfera pública. Os resultados servirão para embasar o trabalho do pilar de Reputação, sobre o qual o Instituto pretende atuar na valorização da legitimidade do diálogo entre os setores público e privado.

Ética: "a transparência é a essência do relacionamento com o governo"

Neste bloco, 90% dos respondentes disseram acreditar que é possível ser transparente no relacionamento entre empresa e governo. Na Indústria Digital, no entanto, verifica-se que 60% dos entrevistados discordam desta afirmação. Observou-se, ainda, que pessoas acima de 40 anos acreditam mais na transparência do relacionamento entre empresas e governo.



No que tange ao limite de atuação dos profissionais, verificou-se que quanto mais estratégico o cargo, há uma tendência em entender melhor a complexidade das funções do profissional e a amplitude dos limites em sua atuação. Estes limites envolvem não somente a ética e legalidade, como também a reputação do profissional e da empresa, o interesse da sociedade e a sustentabilidade do negócio. Esta tendência se repete também para portes de empresas, onde as microempresas, por exemplo, entendem que os limites do profissional podem ser a ética e a legalidade. Já as média-grandes e grandes empresas acreditam que todos os fatores devem ser levados em consideração.

Reputação: Lobby ainda tem imagem negativa no Brasil, mas a profissão é vista como estratégica para o país

Já no bloco de **Reputação**, 100% dos formados em Comunicação (15% do total) acreditam que a atividade de Relações Governamentais não é bem-vista atualmente. Esta conclusão pode ser derivada do fato de que, durante o estudo da ciência de Comunicação, naturalmente, os profissionais são inclinados a analisar um cenário, avaliando todas as suas complexidades.

Sobre os adjetivos que melhor definem o profissional, foram selecionados 'estrategista' por 34% dos entrevistados, 'ético' por 28% e 'negociador eficiente' por 25%. Foram dadas também as opções de 'burocrata' e 'antiético', que receberam 4% e 1% dos votos, respectivamente. Nos profissionais formados em Direito (24% do total) há uma tendência na escolha de negociador eficiente, com 45% das respostas. Já para os formados em Medicina/farmácia (4% do total) a tendência está voltada para o adjetivo ético, com 50% das escolhas.

No bloco de **Relações Governamentais nas empresas**, perguntados sobre a importância das funções dos profissionais de Relações Governamentais, 70% dos respondentes indicaram que 'propor, influenciar e contribuir com novas políticas públicas é muito importante para o profissional', seguida por 'evitar ou minimizar riscos que causem impactos negativos para a empresa' (64%), 'melhorar o ambiente de negócio em que a empresa atua' (56%), 'assegurar direitos para a empresa junto ao governo' (53%) e 'informar o poder público sobre questões relativas aos negócios da empresa' (45%). Já para 48% dos entrevistados 'aumentar vendas para o governo' não é função do profissional de Relações Governamentais.

Sobre as empresas que contratam o profissional de Relações Governamentais, 46% dos executivos entendem que todas as empresas podem realizar esta contratação, pois são impactadas por decisões do governo. Porém, apenas 26% dos Vice-Presidentes e gerentes acreditam nesta afirmação. 'Empresas altamente profissionais' receberam 18% dos votos no resultado total e, em seguida, 'empresas estratégicas', com 15% das respostas.

Nas micro, pequenas e médias empresas observa-se uma tendência de que as 'organizações que atuam em setores muito regulados' e que 'são impactadas por decisões do governo' são mais presentes no dia a dia destes setores.

As características da cultura organizacional também são destacadas como essenciais para a atuação do profissional. O investimento no profissional, como: cursos, reuniões e viagens, por exemplo, é tido por 36% dos respondentes como muito importante para a atuação deste profissional e observa-se que quanto maior a idade cresce a tendência de que esta ferramenta torne-se mais relevante. Nas funções de diretores Jurídicos e Financeiros, vê-se também esta inclinação pela valorização do profissional

Profissional de Relações Governamentais é visto com estratégico para alcançar objetivos de negócio

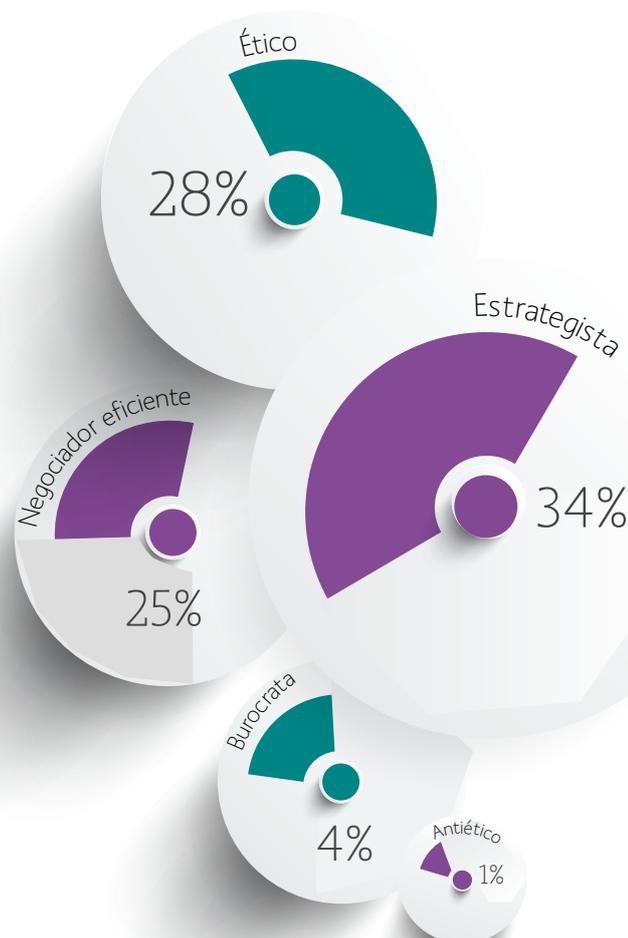
A importância da profissão sob o olhar de outras áreas tem seu foco na atuação do profissional de Relações Governamentais como um estrategista que apoia a empresa em seus objetivos de negócio, segundo 58% das respostas. Em seguida, a proteção da imagem da companhia também é caracterizada por 58% dos respondentes como uma função muito importante para auxiliar outras áreas, além de ser considerado um facilitador de processos burocráticos e de relacionamento com *stakeholders*, por 44% dos entrevistados. Prestar consultoria jurídica foi a função que recebeu apenas 10% de classificação como muito importante, uma vez que pode ser realizada por outros profissionais.

Para exercer a profissão com excelência, os executivos foram questionados sobre quais estratégias são importantes para sua atuação. Segundo os respondentes, 85% acreditam que os relacionamentos são muito importantes para a profissão, em seguida está a necessidade de conhecimento teórico/técnico sobre o tema a ser discutido, indicada por 56% deles. A obtenção de benefícios para os interlocutores é considerada por 60% dos entrevistados como não sendo necessária ao dia a dia do profissional de relações governamentais.

Prioridade de associação é contribuir com políticas públicas

Partindo para a relevância de atuação de uma associação constituída por profissionais de Relações Governamentais, 83% dos executivos acreditam que apoiar iniciativas públicas, como a nova Lei Anticorrupção e a regulamentação do *lobby* é a principal prioridade da entidade. Para os formados em Comunicação, Economia e Exatas, este número avança para 100%. No total, fomentar melhores práticas profissionais foi considerada por 80% dos executivos, seguida por melhorar a reputação do profissional, com 56% das respostas classificadas como muito importante.

O profissional de Relações Governamentais é:



"As empresas precisam se preocupar em não colocar gente inexperiente, porque este profissional precisa transmitir confiança. Quando se tem 100% ética e lei de propriedade intelectual, não é preciso código de conduta".

Executivo entrevistado

Metodologia

Com 71 respondentes, o estudo foi realizado entre diretores de Comunicação, Financeiro, Jurídico, além de Presidentes e Vice-Presidentes, de forma não presencial com perguntas fechadas e abertura para comentários. As perguntas foram divididas em três blocos: Ética, Reputação e Relações Governamentais nas empresas.

Realizada no período de dezembro de 2015 a março de 2016, a primeira fase entrevistou líderes das maiores empresas do país, com o objetivo de mensurar o nível de conhecimento sobre a atuação do profissional de Relações Governamentais. As empresas foram divididas por 18 setores, assim como no ranking das 'Melhores Empresas para trabalhar 2014 - Revista Exame'.

Perfil dos respondentes

Dos 71 entrevistados, 78% são homens e 22% mulheres. 38% dos entrevistados possuem de 40 a 50 anos, 32% possuem idade acima de 50 anos, 28% de 30 a 40 anos e 1% de 20 a 30 anos.

Quanto aos cargos, 24% são Presidentes, 24% Gerentes e Diretores (Sustentabilidade, Compliance, Relações Públicas), 13% são Diretores de Comunicação, 13% Diretores Jurídicos, 12% Diretores Financeiros, 9% Vice-Presidentes, 4% diretores de Marketing e 1% assessor de Sustentabilidade e Comunicação.

Em sua maioria, os executivos são formados em Direito (24%), seguido por Administração (22%), Engenharia (21%), Comunicação (15%), Economia/Exatas (9%), Humanas - História, Ciências Públicas, Filosofia - 4%, Medicina/Farmácia (4%) e Biologia (1%).

Foram entrevistados os setores farmacêutico, com participação de 18%, Serviços (16%), Bens de Consumo (12%), Bens de Capital (9%), Indústria Digital e Autoindústria (7% cada); Química e Petroquímica e Energia (4% cada), Transporte, Têxtil, Telecomunicações, Papel e Celulose, Mineração, cada um com 3%; Varejo, Siderurgia e Metalurgia, Indústria da Construção, Eletrônico e Atacado, com 1% cada.

Os portes de empresas foram divididos conforme faixas de faturamento do BNDES. Responderam 72% de grandes empresas, 10% de médias-grandes, 7% de microempresas, 6% de médias empresas e 4% de pequenas empresas.

O IRELGOV

O IRELGOV é primeiro instituto de relações governamentais do Brasil. Fundada em 2015 por profissionais de relações governamentais, a entidade sem fins lucrativos tem como principal objetivo elevar o grau de profissionalismo, competência e padrões éticos da atividade ao posicionar-se como um Think Tank para o setor. Para isso, está baseado em dois pilares fundamentais - reputação e educação - e nos princípios de legitimidade, legalidade, transparência e boas práticas, trazendo informações relevantes para o dia a dia do profissional, fomentando o diálogo entre os setores da economia e visando desenvolver informação e compreender as tendências do mercado. Para saber mais, visite www.irelgov.com.br

Fundamento RP

Há 25 anos a Fundamento RP cria bem-sucedidos programas de relacionamento entre seus clientes com seus stakeholders ou públicos de interesse. A partir de uma combinação exclusiva de serviços premium, altamente técnicos e especializados, a Fundamento RP desenvolve soluções personalizadas de comunicação voltadas aos objetivos de negócios de cada cliente. No portfólio, ao mesmo tempo diversificado e consistente, reúne mais de 350 clientes, em sua grande maioria multinacionais, divididos em cinco unidades especializadas de negócio: tecnologia, saúde, B2B e serviços, public affairs e comunicação financeira. Para saber mais, visite www.fundamento.com.br/rp/

Nossos agradecimentos a todos os respondentes e colaboradores que possibilitaram a realização deste projeto, entre eles: Valéria Café, coordenação pelo IRELGOV; Camila Curado, coordenação pela Fundamento RP; Junia Sanches, realização e operacionalização do projeto pela Fundamento RP.

